



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 05 DE ABRIL DE 2019

EDIÇÃO Nº 169 • QUINTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2024


Município de Cuitégi-PB
Câmara Municipal
Gabinete da Presidência

Decreto Legislativo nº 04/2024, de 22 de agosto de 2024
Autor: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Susta decretos que menciona e determina
outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Cuitégi, Paraíba, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo Regimento Interno, decreta:

Art. 1º Fica sustado os efeitos do Decreto nº 399/2024, nos termos do art. 49, V da Constituição
Federal.

Art. 2º Fica sustado os efeitos do Decreto nº 403/2024, nos termos do art. 49, V da Constituição
Federal.

Art. 3 Este Decreto entro em vigor na data de sua publicação.

Cuitégi, 22 de agosto de 2024.


Vivaldo Luís de França
Presidente

Rua do Comércio, 79, Centro, Cuitégi –PB, CEP 58208-000
E-mail: camaradecuitegi@gmail.com


Município de Cuitégi-PB
Câmara Municipal
Gabinete da Presidência

Justificativa

O Decreto nº 399/2024, decreta estado de calamidade financeira no município de Cuitégi sob
alegações infundadas e inverídicas. Tudo com o objetivo de burlar o ordenamento democrático e
usurpar as prerrogativas do Poder Legislativo, qual seja, autorizar a abertura de Crédito
Suplementar. O Poder Executivo extrapola o poder lhe conferido pela legislação brasileira e
adentra nas funções do Poder Legislativo sem justificativa legal. Além de fundamentar o Decreto,
ora sustado, com inverdades e discurso insustentável. Alega que o Poder Legislativo não tem dado
prosseguimento a Projeto de Lei de abertura de Crédito Suplementar, sendo que até o presente
momento não aportou nesta casa de leis qualquer projeto com pedido de abertura de crédito
suplementar. Sendo assim, o Poder Executivo, através de seu chefe ultrapassa os limites
conferidos pela legislação ao Poder Executivo. Ademais, usou o Decreto ora sustado para abrir
crédito suplementar ao arrepio da legislação vigente, cometendo um possível crime de
responsabilidade.

De igual modo o Decreto 403/2024, determina o não cumprimento de dispositivos da Lei nº
668/2024, utilizando argumentos caducos do ponto de vista técnico. Os argumentos trazidos pelo
Prefeito para vetar os dispositivos da Lei são inteiramente descabido, pois não se podem anular
disfarçadamente dispositivos de Lei através de Decreto. Ademais, a Lei nº 668/2024 fez seu
caminho legislativo de maneira legal, tendo ela nascido do Poder Executivo, tramitado pelos
órgãos legislativos até ser deliberada pelo soberano Plenário que deu o seu parecer final. Depois
foi encaminhada para a deliberação prefetural, que o fez com o veto. Tal veto foi rejeitado pela
Câmara de Vereadores que manteve seu entendimento quanto o aprovado. O mais preocupante é
que o Decreto ora sustado, não observa a existência de outras Leis existentes e suprime dos
diretores, gestores e vices, as gratificações por eles já percebidas ao longo dos tempos.

Cuitégi, 20 de agosto de 2024.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Rua do Comércio, 79, Centro, Cuitégi –PB, CEP 58208-000
E-mail: camaradecuitegi@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
15ª LEGISLATURA 2021 – 2024
4ª SESSÃO LEGISLATIVA
MESA DIRETORA BIÊNIO 2023 - 2024

VIVALDO LUÍS DE FRANÇA
PRESIDENTE

SEVERINO BATISTA DA SILVA
VICE-PRESIDENTE

MARIA DA LUZ RIBEIRO SARAIVA
PRIMEIRA-SECRETÁRIA

GERMANO MONTEIRO DA SILVA
SEGUNDO-SECRETÁRIO